



## **ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Por favor. Bom dia a todos os senhores deputados.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício deputado Paulo Corrêa. Bom dia, senhores deputados. “*Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Sessenta e Quatro da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 2.847, 2.854 e 2.869/2024, da Presidência da República; Ofício nº 2.771/2024, do Ministério da Educação; Ofício nº 8.627/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 18/2024, da Cassems. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Paulo Corrêa, Caravina, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Junior Mochi e João Henrique. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Lidio Lopes e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Renato Câmara e Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 121/2024, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 111/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 44/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 6/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Antônio Cassiano Pontes; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Gean Carlos Euzébio, pelo brilhantismo e excelência demonstrados ao longo de sua trajetória musical e literária; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos policiais militares segundo-sargento Douglas Oliveira dos Santos; segundo-sargento Diógenes de Oliveira Soares; primeiro-sargento José Edson da Silva; cabo Osmar Vasconcelos Lima CB; cabo Tiago Franco Chaparra e cabo Joanderson Arguelho da Silva, pela bravura demonstrada no atendimento de uma ocorrência de violência doméstica, onde o acusado ameaçava a própria vida utilizando material inflamável; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à doutora Neiva Márcia Chagas, juíza federal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, por sua convocação para atuar como juíza auxiliar da Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao vereador Policial Christoffer Jamesson, pela apresentação de projeto de lei que garante transporte público gratuito e com ar condicionado para os moradores de Ribas do Rio Pardo; requerimento*”



de autoria do deputado Junior Mochi, em coautoria com demais deputados, solicitando o ingresso como terceiro interessado no processo administrativo de repactuação/relicitação da concessão da rodovia BR-163/MS pela empresa CCR MSVia, pela Comissão de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163/MS; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, em coautoria com demais deputados, solicitando a criação da Comissão de acompanhamento da Fila de Espera de Pacientes no Sistema de Regulação de Vagas do SUS, na macrorregião de Campo Grande. O deputado João Henrique pediu destaque e foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o requerimento de informações de sua autoria, sob o Protocolo nº 2075/2024. Indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Antonio Vaz e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de julho do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao ilustre deputado Zé Teixeira, no exercício da primeira-secretaria, para que proceda à leitura do expediente da Sessão.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Expediente da Sessão Ordinária de 4 de julho de 2024: Ofício nº 3.488/2024, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1599/2024); Ofício nº 53/2024, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando liberação de pagamento da 3ª parcela do TC/PAC nº 0163/2012 (Prot. nº 2222/2024); Ofícios nºs 1.012 e 1.014/2024, do Instituto Nacional do Seguro Social, respondendo às indicações do deputado Renato Câmara (Prot. nº 1499/2024); Ofício nº 968/2024, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 1770/2024); Carta nº 634/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 1565/2024); Ofício nº 1.335/2024, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A., encaminhando Avaliação das Metas e Resultados na Execução no Plano de Negócios 2023 e Estratégia de Longo Prazo 2023 a 2027 (Prot. nº 2223/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente, com a chegada do nosso deputado Zeca do PT. Deputado, Vossa Excelência só traz notícia boa.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Zé Teixeira, que ocupa a Primeira-Secretaria. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Inscrito no Pequeno Expediente, o ilustre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar hoje um projeto de lei muito importante, que estabelece diretrizes para prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à importunação sexual nas escolas da Rede Estadual de Ensino e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Esta lei estabelece medidas para o enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à importunação sexual nas escolas da rede estadual de ensino e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, dispendo sobre prevenção, acolhimento do(a) denunciante, registro da denúncia e trâmites de denúncias da prática de assédios moral, sexual e importunação sexual nas escolas da Rede Estadual de Ensino e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, dispendo sobre prevenção, acolhimento do denunciante, registro da denúncia e trâmites de denúncias da prática de assédio moral e sexual. Artigo 2º - Para fins desta lei, consideram-se, primeiro: importunação sexual - praticar contra alguém, e sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de



satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, caracterizado por crimes sexuais contra vulneráveis; segundo: assédio moral - consiste na exposição prolongada e repetitiva dos trabalhadores e estudantes a difamação, situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, praticadas por uma ou mais pessoas, inclusive intimidação sistemática na rede mundial de computadores. Pode ocorrer dentro ou fora da instituição, desde que envolvendo membros da comunidade. Caracteriza-se pela repetição deliberada de gestos, palavras, orais ou escritas, pelo uso de símbolos, objetos, desenhos, imitações, caricaturas, e/ou comportamentos que expõem as vítimas a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-las das suas funções, de deteriorar o ambiente de trabalho ou estudo, ou de menosprezá-las perante os demais, seja por sua competência, aparência física, identidade de gênero, orientação sexual ou classe social, colocando em risco a sua saúde física ou psicológica, além de afetar o desempenho pessoal e o próprio ambiente de trabalho e estudo. Considera-se o assédio moral, em suas diversas manifestações: assédio moral vertical, descendente, ascendente, horizontal, misto, organizacional, bullying ou cyberbullying; terceiro: assédio sexual - ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função. Comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante desestabilizador. Pode ocorrer dentro ou fora da instituição, desde que envolvendo membros da comunidade. Para efeitos desta normativa, a terminologia assédio sexual, quando adotada, inclui os casos de importunação sexual. Seguem aqui os demais artigos deste projeto de lei que detalham quais as situações que podem configurar a prática de assédio moral. O artigo 4º mostra situações que podem configurar a prática de assédio sexual. No artigo 5º são definidos os procedimentos que as instituições de ensino de Educação Básica e Superior devem adotar como medidas de prevenção aos assédios moral e sexual. No artigo 6º estabelece-se como deve ser o acolhimento dos envolvidos na denúncia para proteger o denunciante. O artigo 7º diz que as instituições de Educação Básica deverão receber as denúncias envolvendo violência contra criança ou adolescente e encaminhá-las para os órgãos de proteção e autoridades competentes, via ofício, pela unidade em que a criança ou adolescente está matriculada. O artigo 8º diz que as unidades de Ensino Superior, com base nas diretrizes desta lei, deverão constituir comissão permanente para prevenção e enfrentamento dos assédios moral e sexual dentro das suas competências. E, por último, o artigo 9º estabelece que as unidades de ensino de Educação Básica, nos casos de assédio sexual e moral, deverão encaminhar os procedimentos conforme as normas que regem as medidas disciplinares constantes no estatuto dos servidores públicos. Então, senhor presidente, este é o projeto que nós queremos protocolar nesta Sessão para banir das escolas estaduais e também da nossa Universidade Estadual práticas de assédio moral, assédio sexual ou importunação sexual, que infelizmente ainda ocorrem. Nós já acompanhamos vários casos de prática de assédio sexual, neste ano e no ano passado, no interior de algumas escolas estaduais e no interior da UEMS. Então, nós precisamos fazer um trabalho preventivo para que isso não ocorra mais e, se acontecer, como a instituição de ensino deve proceder para proteger os estudantes ou os funcionários, além de fazer um trabalho preventivo. Era o que tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Coronel David.



**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Apenas para cumprimentar o deputado Pedro Kemp; esta é uma das poucas vezes em que concordo com Vossa Excelência nesta Casa, portanto estou aqui para cumprimentá-lo pela apresentação do projeto. Ele é bem-vindo e necessário. Até acho que, em todo o serviço público, deveríamos ter um código de conduta para combater o assédio em todas as suas formas. Então, parabéns pelo projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT que, tradicionalmente, vai pedir pela ordem.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Bom dia, presidente, senhores deputados, deputadas, membros da Mesa, nossas queridas e queridos funcionários e aqueles que nos assistem. Senhor presidente, primeiro eu gostaria de apresentar e fazer a leitura de um requerimento que encaminho à Mesa Diretora, direcionado ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, requeiro à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Jerson Domingos, fundamentado na alínea g, inciso I, do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, e considerando a proximidade das eleições municipais de 2024, solicitamos: primeiro, que informe os gestores que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por irregularidade insanável, conforme a alínea g, inciso I, do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, e que a lista supramencionada seja divulgada ainda neste mês de julho. Sala das deliberações, 26 de junho de 2024. A justificativa, senhor presidente, é a seguinte: a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, em seu artigo 1º, inciso I, alínea g, determina a inelegibilidade para qualquer cargo daqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargo ou função pública rejeitadas por irregularidade insanável, e que configurem ato doloso de improbidade administrativa por decisão irrecorrível do órgão competente. Essa medida visa garantir a probidade administrativa e a moralidade no exercício das funções públicas. Considerando a proximidade das eleições municipais deste ano de 2024, é imprescindível que a lista dos gestores enquadrados nesta situação seja divulgada ainda no mês de julho, proporcionando a necessária transparência e segurança jurídica para o pleito eleitoral. A divulgação oportuna dessas informações permitirá que os eleitores e os partidos políticos possam avaliar adequadamente os seus respectivos candidatos. Dessa forma, pelas razões apresentadas, solicito o apoio dos nobres pares para o envio do presente requerimento. Segunda coisa, senhor presidente: requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, o cancelamento da reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, feita para o dia 10 de julho de 2024. Aproveitando o ensejo, venho requerer a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 21 de agosto de 2024, às 14h, para a realização de audiência pública para debater a saúde dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul. Destaco que serão convidados a participar representantes dos órgãos de saúde indígena, Dsei, Sesai, Funai, Secretarias Municipais de Saúde, lideranças indígenas, entre outros órgãos responsáveis pela política pública voltada aos povos indígenas. Vale ressaltar, senhor presidente, que na audiência que tive com a ministra Sônia Guajajara, combinamos — por isso, estamos solicitando a transferência para agosto — a vinda da ministra aqui, para fazer esse debate sobre a saúde indígena do nosso estado. Vossa Excelência e vários deputados aqui sabem a vergonha que tem sido, ao longo dos anos, a utilização do dinheiro público através da Missão Caiuá, uma missão que não faz outra coisa a não ser implantar igrejas nas comunidades indígenas. E é um bafafá com o dinheiro público que deveria ser voltado à saúde indígena. Levei esse debate ao ministério, a Missão Caiuá foi afastada, e foi conveniada uma nova entidade chamada Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, que vai fazer a prestação do serviço à saúde indígena no nosso



estado. A ministra vem aqui fazer esse debate com os trinta e cinco prefeitos onde existem comunidades indígenas. Além disso, deputado Pedro Kemp, também estamos transferindo a data porque fiz um convite pessoal, em nome da bancada, para que nessa atividade ou em outra esteja presente o ministro Wellington Dias. Levei o mapa e mostrei ao ministro Wellington Dias que milhões — se não bilhões de reais — vão para cada município forma de Bolsa Família, na forma do Mais Médico, na forma do Auxílio Gás; são quarenta programas! Bilhões de reais vêm para cá! Nem os prefeitos, nem os vereadores, nem o governador se lembram de que o recurso que vem para a assistência social para melhorar a vida do povo mais pobre é dinheiro do governo federal. Portanto, nós vamos fazer uma grande audiência pública e esclarecer de onde vem o dinheiro para a assistência social neste estado. Por último, senhor presidente, tenho uma indicação deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willemann de Souza, e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a viabilização de um caminhão para auxiliar na colheita de mandioca realizada pelos agricultores familiares indígenas da aldeia Jaguapiré, localizada no município de Tacuru. Para encerrar mesmo, senhor presidente, estou solicitando a audiência com o secretário Jaime Verruck, porque vamos exigir a orientação do governo federal e exigir que uma parte do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que vem para cá, seja carimbada como dinheiro para financiar a agricultura familiar. Senhor presidente deputado Paulo Corrêa, Vossa Excelência deu uma ideia: o novo Plano Safra, da agricultura familiar prevê financiamento em pequenos equipamentos para agricultura familiar; esse equipamento está vindo da China a juros de 2,5% ao ano. O problema é que, quando chega aqui, o FCO vai para os grandes produtores, e não fica nada para a agricultura familiar. Nós vamos exigir que esse dinheiro seja destinado à agricultura familiar, ainda mais agora que há uma grande aliança entre Eduardo Riedel, Reinaldo Azambuja e Bolsonaro. É aí que temos que ir para cima. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, quero me congratular com Vossa Excelência por esse financiamento, o qual é muito importante. No entanto, fiquei sentido porque Vossa Excelência fez todo o pronunciamento sem pedir pela ordem, como é tradicional com o presidente. Já utilizou todo o seu tempo de pronunciamento. Continuando, no Pequeno Expediente, com a palavra, o ilustre deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Trago duas indicações para hoje. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópias aos senhores Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando a implementação de uma rotatória na rodovia MS-141, com acesso ao distrito industrial, no município de Naviraí. A proposta visa atender solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Jamil Selem Júnior. A rodovia MS-141 é uma das principais vias de acesso da região, e o intenso fluxo de veículos, especialmente nos horários de pico, tem causado situações de risco que comprometem a segurança dos moradores e de todos que utilizam essa rodovia. A instalação de uma rotatória nesse ponto estratégico poderá contribuir significativamente para a organização do trânsito, reduzindo o número de acidentes e facilitando a mobilidade urbana. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao presidente da



Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Paulo da Silva, solicitando a manutenção das sinalizações na bifurcação da rua Melvin Jones com a rua São Jerônimo, em frente à Associação do Bairro Caiçara, nesta Capital. Esta proposta foi encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Jailson Rodrigues. Era só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o ilustre deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados. Trago aqui um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 171, inciso XVII, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja criada, pela Mesa Diretora, uma comissão de acompanhamento do processo de relicitação da ferrovia Malha Oeste, atualmente sob exploração da empresa Rumo Malha Oeste S.A., cujo objeto é a formalização de nova concessão da ferrovia Malha Oeste, no trecho entre o município de Corumbá até Mairinque, no estado de São Paulo, incluindo o ramal Campo Grande/Ponta Porã. Justificativa. Em 10 de abril de 2023, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres realizou a Audiência Pública nº 5/2023, visando tornar público o processo de relicitação da concessão da ferrovia, garantir a transparência e a participação social, colher sugestões, contribuições e aprimorar os estudos técnicos que compõem o processo em trâmite na agência. A inclusão do ramal Campo Grande/Ponta Porã foi objeto de discussões relevantes, inclusive com a importante participação dos municípios do interior do estado, por onde passa o trajeto da ferrovia. Em 2024, a previsão era de que o processo de relicitação fosse submetido ao Tribunal de Contas da União para a futura elaboração e publicação do edital de concessão, o que até o momento não ocorreu. Nesse cenário, cabe ao Poder Legislativo, como legítimo e primeiro representante da população interessada, acompanhar o processamento da relicitação e tramitação na agência reguladora, com a finalidade de defender os interesses dos cidadãos e dos demais atores direta e indiretamente impactados pelo projeto de concessão. Senhor presidente, nossa ideia é que, através dessa comissão, possamos ingressar como terceiro interessado nesse processo que está em andamento na Agência Nacional dos Transportes Terrestres, com a superveniência do Tribunal de Contas da União. Considerando a edição da medida provisória feita na época em que o ministro Tarcísio estava no governo e era um entusiasta, discutiu-se a possibilidade de repactuação dos diversos contratos sob concessão do governo federal, que atualmente estão inadimplentes, como a BR-163, sobre a qual (concessão) esta Casa está ingressando agora como terceira interessada. Inclusive, estamos ingressando com os deputados Junior Mochi, Mara Caseiro e outros com uma ação para suspender o reajuste do pedágio até que sejam repactuados. Da mesma forma, queremos agir no caso da ferrovia. Portanto, queremos entender o que está acontecendo no Tribunal de Contas da União. Como está essa repactuação? Quando isso será feito? Eu tive a oportunidade de participar, juntamente com o governador Eduardo Riedel, de uma reunião no Ministério dos Transportes, com a presença de alguns prefeitos do interior, para discutir a ferrovia. Na ocasião, o ministro Renan Filho falou sobre essa repactuação. A ideia é que fosse repactuado o trecho que liga Três Lagoas até Campo Grande, mas não havia definição quanto ao trecho de Campo Grande a Corumbá, tampouco o de Campo Grande a Ponta Porã. A novidade é a criação de um novo ramal ligando Três Lagoas até Aparecida do Taboado, o que viabiliza a ferrovia, porém, precisamos participar disso, e a Assembleia Legislativa, através dessa comissão de acompanhamento, pode ingressar judicialmente para que tenhamos conhecimento de tudo que está sendo discutido no âmbito do Tribunal de Contas da União e da Agência Nacional dos Transportes Terrestres. Muito obrigado.



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Caravina: quatro indicações (Prot. nºs 02217/2024, 02216/2024, 02215/2024, 02214/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 02221/2024, 02218/2024, 02219/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02220/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 02213/2024, 02234/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 02226/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02225/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: um projeto de lei (Prot. nº 02228/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 02227/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 02205/2024, 02204/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: três moções de congratulação (Prot. nºs 02231/2024, 02230/2024, 02229/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02224/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02232/2024); um requerimento (Prot. nº 02233/2024).). O deputado Coronel David está inscrito no Pequeno Expediente. OK, abriu mão. O deputado Roberto Hashioka está inscrito no Pequeno Expediente.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Tenho aqui, na verdade, três moções de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin, representada pela sua diretora, Renata Aparecida Soares Santos Costa, e extensivamente aos demais professores e alunos, pela classificação entre as trinta melhores escolas do estado, recebendo o prêmio Escola Destaque MS do Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares, o povo sul-mato-grossense, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento à Escola Municipal Professor Delmiro Salviano Bonin, representada pela sua diretora, Renata Aparecida Soares Santos Costa, e extensivamente aos demais professores e alunos, pela classificação entre as trinta melhores escolas do estado, recebendo o Prêmio Escola Destaque do Prêmio MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança." E há mais uma segunda moção para uma escola de Nova Andradina, a Escola Municipal Pingo de Gente, sob a direção da senhora Maria Neusa de Souza Rosa, e também à Escola Antônio Joaquim de Moura Andrade, que tem como diretora a Suzana da Silva Souza Rocha. Então era isso, senhor presidente. São três moções para três escolas que participaram e foram classificadas entre as trinta melhores do estado, sendo três de Nova Andradina. Parabéns às escolas, à direção, aos professores e aos alunos. Era isso. Muito obrigado! Já aproveito, presidente, pela ordem, para trocar meu tempo no Grande Expediente com o deputado Professor Rinaldo.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agora já estou mais feliz. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADA ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, só para anunciar que oficialmente estive ontem representando a Assembleia, conforme delegado pelo presidente deputado Gerson Claro. Participei ontem do lançamento do Plano Safra no Palácio do Planalto, com a presença de vários ministros, inclusive do presidente Lula. É importante destacar dois elementos, sendo que o mais relevante de todos é que para o custeio do Plano Safra da Agricultura Familiar



em Mato Grosso do Sul — nos informou oficialmente ontem o ministro da Agricultura Familiar — são seiscentos milhões de reais. E é importante mencionar duas coisas: a taxa de juros para o custeio da agricultura familiar teve uma redução para 3% ao ano para a produção de arroz, feijão, mandioca, frutas, legumes, verduras e leite. Os agricultores familiares que produzem esses itens têm uma taxa de juros de 3% ao ano. Até então, o agricultor familiar ia ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal ou às cooperativas — que também têm recursos do Pronaf —, e ouvia: "Não podemos financiar; você não tem garantia." Então levei pessoalmente essa demanda ao ministro da Agricultura Familiar e ao governo do estado, e conseguimos — em uma articulação onde teve um papel importante a ex-superintendente nacional da Sudeco, Rose Modesto — oficialmente que fosse anunciado que o FCO vai garantir as operações. Então acabou o negócio da garantia cruzada. O pequeno agricultor da agricultura familiar terá direito a pegar o financiamento, e o FCO será o garantidor. Acabou o "lero-lero" dos bancos! Como presidente da Comissão Permanente de Agricultura Familiar, nesta Casa, estou marcando para agosto uma reunião da comissão do Fórum da Agricultura Familiar, com o superintendente do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e das cooperativas, para apertarmos o cerco. Acabou a justificativa para o agricultor da agricultura familiar não poder pegar empréstimo por falta de garantia. O FCO, que enche os cofres dos grandes com dinheiro público, agora terá que garantir o financiamento do pequeno agricultor. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. No Grande Expediente, por inversão, com a palavra o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, nobre deputado.

**DEPUTADA PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, deputado Paulo Corrêa, presidente desta Sessão. Eu gostaria de cumprimentar todos os colegas deputados e a imprensa aqui presente. É uma grande alegria receber aqui na nossa Casa várias pessoas ilustres da nossa sociedade, especialmente do cooperativismo. Cumprimento toda a diretoria da UCB, todos os presidentes de cooperativas presentes, como meu amigo Flávio, da Coopertaxi, e o Celso Régis. Também saúdo nosso querido decano, a quem tive o privilégio de conhecer quando servi na Aeronáutica em 1984, o querido doutor Gualberto, cardiologista de nossa cidade e nosso estado. É uma grande alegria recebê-los aqui mais uma vez. Caros Ivan e Nil, vocês também estão aqui para ouvir e presenciar nossa Sessão e também para ouvir o que nós temos a dizer em reconhecimento a tudo aquilo que o cooperativismo representa na vida de milhares de pessoas; não apenas em Campo Grande, em nosso estado, mas no Brasil e no mundo inteiro. Mas antes de fazer aqui uma breve retrospectiva sobre o cooperativismo em nosso estado e país, eu gostaria de agradecer ao colega deputado Roberto Hashioka, que inverteu seu tempo para que eu pudesse falar hoje. Quero fazer um registro e parabenizar o escritor e jornalista Bosco Martins, que escreveu um livro em homenagem ao nosso querido e saudoso poeta Manoel de Barros, e que será finalista do prêmio Jabuti. Ele participa frequentemente da Feira Literária de Bonito (Flib), desde a sua primeira edição. O lançamento será na Praça da Liberdade, das 15h30 às 16h, com a presença do autor Jander Gomes, que também lançará seu livro "Uma Colcha de Retalhos". A participação dos autores será no Espaço Café com Letras. O livro é finalista na categoria de melhor biografia e reportagem. Os vencedores de cada categoria recebem uma estatueta e o prêmio de cinco mil reais, exceto livro brasileiro publicado no exterior. O vencedor da categoria livro do ano receberá uma estatueta e o prêmio de cem mil reais. Foi uma grata surpresa, mas sabemos que hoje, no mundo literário, o legado do saudoso Manoel de Barros é uma referência obrigatória. "Esse é o compromisso mais importante: compartilhar com o mundo cultural a memória desse grande



autor do pós-modernismo”, declarou o autor sobre a aprovação da inscrição do livro como finalista do prêmio. Portanto, aqui, senhor presidente, eu gostaria de registrar e propor uma moção de congratulação ao nosso querido escritor Bosco Martins por este livro que é finalista do prêmio Jabuti. Este é o registro que deixo nesta manhã. Senhor presidente, antes de tudo, quero agradecer a todos os colegas, pois os vinte e quatro deputados e deputadas são signatários este ano da Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo; a única do país. Acho que vocês deveriam até bater palmas para o cooperativismo de Mato Grosso do Sul... Quando cheguei ao primeiro mandato, lembro-me que o Reinaldo era deputado comigo, e o deputado Pedro Kemp nos acompanhou nesse processo, assim como os deputados Zé Teixeira e Junior Mochi. Naquela época havia a Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio, e eu disse ao Reinaldo: "Está faltando aí um adendo; está faltando a palavra cooperativismo", porque aprendi há muito tempo que quando você caminha sozinho, você vai rápido, mas quando caminhamos juntos, podemos ir mais longe. O cooperativismo tem essa filosofia de juntar várias pessoas — independentemente de credo religioso, formação acadêmica ou situação socioeconômica — em torno de um objetivo comum, aumentando assim as chances de êxito. Portanto, foi com muita alegria que apresentamos essa proposição e criamos, já no primeiro mandato, esta importante instituição que tem ajudado a desenvolver aspectos pessoais, familiares e socioeconômicos, gerando emprego, renda e contribuindo para o desenvolvimento de nosso estado, do Brasil e talvez do mundo inteiro.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Com muita alegria, deputado Zé Teixeira. Pois não.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado, parablenizo Vossa Excelência que vem à tribuna hoje prestigiar um segmento dos que mais contribuem para o crescimento deste país, em especial no Sul, porque as cooperativas vieram do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e foram para o Mato Grosso. Hoje ela é importante para agregar, orientar e ensinar a pessoas como crescer. Tanto é que, na semana passada, eu vinha vindo de Dourados ouvindo o rádio, e estavam falando da importância das cooperativas na vida das pessoas, especialmente para quem trabalha e produz alimento. Existem várias cooperativas de transporte e tantas outras. Eu sou cooperado do Sicredi, que hoje cresceu e se transformou em um grande banco, que nasceu lá em baixo. Eu estava ouvindo o rádio, e diziam o seguinte: em algumas cidades do Paraná — veja a importância da cooperativa — se as cooperativas saírem de lá, a cidade acaba. Então, a cooperativa é a cidade. Essa é a importância do setor cooperativista, a participação das pessoas, que conseguem sair de baixo e que, através do sistema de cooperativas, aprendem, juntam-se a outros e crescem. Assim é o setor do leite, do suíno e de tantos outros segmentos. Quero parabenizar Vossa Excelência, as demais pessoas e, em especial, o nosso presidente, que faz parte disso e nos honra com sua presença no Plenário. Muito obrigado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Eu agradeço, deputado Zé Teixeira, e insiro 100% o aparte de Vossa Excelência ao nosso pronunciamento. Já ouviremos um dos que mais enfatiza e mais acredita no cooperativismo, que é o nosso querido deputado Junior Mochi. Ele foi um dos que nos ajudaram no primeiro mandato, quando nós chegamos aqui em 2007, a instituir a frente parlamentar para disseminar essa ideia tão bonita que é a união de todos em torno de um projeto comum.



**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Deputado Professor Reinaldo, eu quero, em seu nome, cumprimentar não só os integrantes da frente, mas a todos aqueles que têm a responsabilidade de comandar, incentivar e construir e fortalecer o movimento cooperativista em Mato Grosso do Sul. Esse é um movimento mundial que, na verdade, é a soma dos esforços de todos que cooperam para promover o desenvolvimento econômico e social de todos. Eu acho que o movimento cooperativista, em sua essência, é o que há de melhor hoje dentro da atividade econômica e social, pois não visa o lucro pelo lucro, nem o crescimento isolado de um cidadão, mas o crescimento conjunto de todos. Eu digo que o movimento cooperativista é muito similar a uma filosofia africana, o Ubuntu, onde "sou o que sou, porque somos todos nós". O movimento cooperativista tem na sua essência a cooperação, conforme a própria palavra do movimento, neste momento em que estamos discutindo aqui no Brasil, e principalmente no Paraná, onde o movimento é muito forte. Eu me recordo de que, desde criança, meu pai foi um dos primeiros associados da Coamo. Na última segunda-feira, tive a oportunidade de estar em Campo Mourão, Paraná, junto com o senhor José Haroldo Galacini, um dos fundadores, que era funcionário da Acarpa do Paraná, equivalente à nossa Agraer. Ele tinha uma empresa de planejamento agrônomo e foi convidado por um grupo para ser o presidente daquela que hoje é a maior cooperativa da América do Sul e — quiçá — uma das maiores do mundo. Então, graças a todo esse trabalho, a dedicação de todos e à capacidade de produção do povo brasileiro, uma capacidade nata do nosso produtor, somos referência. Se há uma área em que podemos dizer que somos competitivos com qualquer nação do mundo e até melhores em vários aspectos, é justamente no agronegócio. E o agronegócio do Brasil cresceu e se desenvolveu graças ao sistema cooperativista. Então, eu quero aqui parabenizá-lo como presidente da nossa frente parlamentar, mas também parabenizar o Celso Régis, presidente da Organização das Cooperativas do Brasil em Mato Grosso do Sul (OCB-MS) e a sua equipe, em especial a Dalva, minha amiga de muitos e muitos anos. Lembro que a Dalva me ajudou a criar uma cooperativa lá em Coxim, isso muito tempo atrás. Então, quero aqui reforçar e falar da importância de trazermos para dentro da casa a discussão de temas relacionados ao cooperativismo, porque tenho certeza que, em todos os momentos, principalmente nos momentos de dificuldades, você tem um sistema que lhe apoia, você tem um grupo que coopera e que faz com que a renda possa ser melhor distribuída. Parabéns pelo seu pronunciamento e parabéns por ser o nosso coordenador pela frente do cooperativismo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Obrigado, deputado Junior Mochi. Também insiro seu aparte ao nosso pronunciamento. O Dia Internacional do Cooperativismo é comemorado no primeiro sábado do mês de julho. Este ano de 2024 será comemorado no dia 6 de julho. O tema deste ano é "Cooperativas constroem um futuro melhor para todos", o mote definido para ressaltar o papel fundamental dessas organizações na construção de um futuro sustentável, enfatizando o seu compromisso com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. As comemorações em Mato Grosso do Sul aconteceram no dia 4 de julho, celebrando os quarenta e cinco anos da OCB-MS e os vinte e cinco anos do SESCOOP/MS. Dia 6 de julho, será o Dia C, em Campo Grande, das 13h às 17h, na Associação de Moradores da CoopHavila II, onde serão realizadas atividades de educação financeira, oficinas, orientação de saúde, apresentações culturais, tênis de mesa, atendimento jurídico, auxílio na confecção de currículo, cinema, alimentação, entre outras atividades. Além de Campo Grande, também acontecerão no mesmo dia ações equivalentes nas cidades de São Gabriel do Oeste, Dourados, Três Lagoas, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Deodápolis, Batayporã, Corumbá, Angélica e Maracaju. Pois não, deputado Zeca do PT.



**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Por favor, só para contribuir com o pronunciamento que Vossa Excelência faz acerca de uma matéria tão importante como essa do cooperativismo, eu entendo e respeito o cooperativismo. Foi exatamente no meu governo — e por esse entendimento — que vieram para cá as principais cooperativas que hoje atuam em Mato Grosso do Sul, como a LAR e outras tantas importantes para o estado. Mas, hoje, eu entendo que o cooperativismo não pode ser só para os grandes. Não pode ser só para uma ou outra cooperativa; tem que ser para todos. O cooperativismo tem que avançar do ponto de vista da agricultura familiar. Exatamente por entender isso, o governo do Lula resolveu lançar uma promessa no Pronaf, no Plano Safra da Agricultura Familiar, o programa Coopera Mais. São setecentas cooperativas no Brasil que vão ser apoiadas com gestão, crédito, agroindústria, acesso ao mercado e fundo garantidor. Aliás, confirmei a agenda com o ministro Jaime Verruck para hoje à tarde; e uma das coisas que vamos dizer a ele é que queremos do FCO — que normalmente vai só para os grandes — quinze milhões de reais para financiar toda a reestruturação dos armazéns de graneleiros do assentamento Itamarati, que é modelo de assentamento para o Brasil. Lá, que tem quatro cooperativas, é preciso ter um armazenamento adequado. São cinquenta e cinco milhões de reais para a cooperativa central, para custeio; cinquenta milhões para a agroindústria; trinta e três milhões para a industrialização e para a ampliação do crédito para cooperativa singular. Dessa forma, que nós possamos fazer com que os pequenos produtores também possam se organizar e ter suas cooperativas. Obrigado e parabéns pelo pronunciamento que faz.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Eu agradeço, deputado Zeca do PT, e insiro também o seu aparte no pronunciamento. Eu não quero aqui fazer nenhuma defesa pelo fato de a Rose ser minha irmã, mas todos aqui sabem da dificuldade de os pequenos produtores terem acesso a esse dinheiro do FCO, subsidiado pelo governo federal, porque não tinham como dar algum bem como garantia. E esse fundo garantidor — através do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), que vem do Sebrae — foi de um bilhão de reais, deputada Mara Caseiro. Os pequenos — não estou falando somente de cooperativas, mas também dos pequenos empresários que têm uma MEI — não tinham como ter acesso, porque para você ter acesso ao FCO, você precisa ter dois por um. Então, imaginem a pessoa que está no camelódromo, que vende capinha de celular: para ter cinquenta ou cem mil reais para fazer capital de giro, como poderia dar duzentos mil como garantia? Não tinha como! Agora, conseguiu-se um bilhão pelo Fampe, que vem do Sebrae, para oxigenar o pequeno, porque, na verdade, quem mais gera emprego em nossa sociedade é o pequeno, assim como a agricultura familiar. Setenta por cento do alimento que chega em nossa mesa vem da agricultura familiar. Que bom que isso está permitindo que o grande cresça, e também permitindo que o médio e o pequeno empresários tenham acesso. É dessa forma que vamos ter uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, e, acima de tudo, mais equilibrada. Mas eu continuo aqui fazendo a retrospectiva do que hoje é o cooperativismo no mundo, no Brasil e aqui em nosso estado. Hoje, existem três milhões de cooperativas no mundo, com mais de um bilhão de cooperados. Ou seja, 12% da humanidade faz parte de alguma cooperativa. Duzentos e oitenta milhões de empregos são gerados, e as trezentas maiores cooperativas do mundo faturam dois trilhões e quinhentos bilhões de dólares. No Brasil, há mais de quatro mil e seiscentas cooperativas e vinte milhões e quinhentos mil cooperados. Ou seja, 10% da população brasileira está inserida nas milhares de cooperativas. Quinhentos e vinte e quatro mil empregos são gerados pelas cooperativas, e 53% da safra de grãos no país é originada por algum produtor cooperado. Eu faço parte da nossa querida Sicredi, que começou com o Celso, o Gualberto e o Ivan, que estão aqui hoje. E, no início todos os estavam meio desconfiados, porque a gente tem medo daquilo que não conhece; e vejam o que virou a Sicredi: uma referência, com todo respeito



às outras instituições bancárias. No final do ano passado, alguém me ligou querendo saber se eu queria fazer uma aplicação – acho que tinha uns vinte mil reais na minha conta. Eu falei: "Mas eu tenho esse dinheiro aí?" Eles disseram: "Tem. Eu quero saber se o senhor vai querer aplicar ou sacar." E foi em um momento bastante oportuno. Eram aqueles dividendos. E eu fico a perguntar: qual é, deputado Paulo Corrêa, a instituição bancária deste país que liga para alguém dizendo: "Olha, você tem aqui um recurso que é a somatória dos dividendos"? Isso não existe. Somente uma cooperativa tem essa grandeza, esse espírito de solidariedade. É por isso que estamos aqui já no quinto mandato, falando para Mato Grosso do Sul, para o Brasil e para o mundo, porque hoje estamos interligados, então é possível que haja alguém na Austrália nos assistindo. Então, um caminho para resolver ou minimizar problemas é a cooperativa. Hoje há cento e trinta e sete cooperativas em Mato Grosso do Sul, sendo grandes, médias e pequenas. Cento e trinta e sete estão atendendo praticamente todas as áreas da nossa sociedade, gerando mais de quatorze mil e quinhentos empregos. Deputado Roberto Hashioka, Vossa Excelência foi prefeito de uma cidade que tem uma das cinco maiores do nosso estado, com quatorze mil e quinhentos empregos gerados! Vejam só! Quais municípios que têm isso? Apenas Dourados e, talvez, Corumbá ou Três Lagoas. Foram gerados catorze mil e quinhentos empregos, sendo que quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta sul-mato-grossenses fazem parte de alguma cooperativa, ou seja, como estamos em quase em dois milhões de pessoas [sic], praticamente 27% da população sul-mato-grossense faz parte de uma cooperativa; proporcionalmente bem maior do que em nível nacional. Em seu papel de inclusão social e econômica, o cooperativismo pode ser considerado um modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento de cidades e comunidades, baseado na união de pessoas e trazendo soluções por meio de atividades econômicas para a melhoria do bem-estar social da comunidade em que se inserem. O cooperativismo é um modelo societário que quebra a barreira entre o econômico e o social, com forte presença do trabalho colaborativo e do esforço conjunto. As cooperativas nascem para resolver problemas coletivos e têm em suas raízes o senso de comunidade, a transparência, a sustentabilidade e a integridade. Portanto, caros colegas deputados e deputada Gleice Jane, apesar de estarmos em partidos diferentes, com ideologias diferentes e crenças religiosas diferentes, a minha alegria é saber que o que nos une aqui neste momento é muito maior do que aquilo que nos separa. É nesse momento que externo a minha gratidão a Deus pela vida de todos aqueles que acreditam que, através do cooperativismo, podemos, sim, promover um estado mais justo, mais fraterno, mais solidário, porque um dos princípios do cooperativismo é esse espírito solidário. Eu até imagino que o precursor do cooperativismo no mundo deve ter lido o livro sagrado, porque há uma parte dele que diz que "é mais difícil quebrar o cordão de três pontas". Mais à frente, alguém lá nos Salmos diz que é "bom e suave que os irmãos vivam em união". Ou seja, a unidade em torno de um projeto comum nos dá a possibilidade de uma força maior para alcançarmos os resultados que todos nós queremos. Portanto, parabéns, Celso Régis, meu querido presidente da OCB, e parabéns a toda a diretoria e a todo o cooperativismo aqui hoje representado por vossas senhorias. Quero aqui convidar a todos a estarem participando no Dia C, no bairro Coopavila II, e dizer, Celso, que hoje eu estaria em Paranhos. Houve um equívoco, não da minha assessoria, mas por parte deste que vos fala. Eu vou deixar para ir amanhã de madrugada, saindo às 3h para um compromisso, a entrega de uma emenda de cem mil reais àquele município que me abraçou desde o meu primeiro mandato. Eu mudei tudo por conta desse compromisso que havia passado despercebido. Agradeço a todos vocês aqui nesta manhã de quinta-feira, na certeza de que, juntos, vamos caminhar para mais longe. Que Deus abençoe a todos. Obrigado, presidente. Obrigado, deputados Junior Mochi, Zeca do PT e Zé Teixeira, que nos apoiaram. Tenho certeza de que Vossas Excelências representaram naquele microfone o sentimento que paira no coração e na alma dos vinte e quatro deputados que são signatários desta frente



parlamentar em defesa do cooperativismo aqui no nosso estado. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aproveito para parabenizar também o cooperativismo. Sou testemunha do propósito do deputado Professor Rinaldo que, efetivamente, é o nosso deputado referência do cooperativismo. Assinamos em conjunto com os outros senhores deputados, mas o propositor é o deputado Professor Rinaldo. Então, queria lembrar do trabalho que Vossa Excelência faz desde o primeiro mandato. Mas eu quero parabenizar também os que estão aqui representando o cooperativismo, e dizer, em nome de todos os deputados: sejam muito bem-vindos à nossa Casa. Encontra-se inscrito para falar, no Grande Expediente, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. O deputado Professor Rinaldo já se pronunciou. Encerrado o Grande Expediente. Eu gostaria de registrar que o nosso presidente se encontra no município de Paranaíba, por ocasião do aniversário da cidade. Quero felicitar o prefeito Maicon, todos os vereadores, o meu filho Adriano Caçula — que é do partido do meu amigo deputado Antonio Vaz — e a cidade de Paranaíba, pelo seu aniversário. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezanove deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo quórum, passemos ao Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 190/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a Campanha do Agasalho, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 190/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Zé Teixeira (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.



**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final, por ter sofrido emendas. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 048/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia do Atleta.” A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 048/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



**Primeiro-secretário** — deputado Zé Teixeira (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 100/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/GabGov/MS/Nº 20/2024 - "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.676,



de 21 de junho de 2021, que cria a Fundação de Apoio e Desenvolvimento à Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (Fadeb/MS)". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 100/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Zé Teixeira (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação, consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 128/2024. Autor: Tribunal de Contas. Ofício nº 187/2024/Gab-Pres – "Altera a Lei nº 3.877, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, cria funções comissionadas e cargos em comissão na estrutura funcional do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 128/2024, de autoria do Tribunal de Contas.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Zé Teixeira (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, nove indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar a serem votadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Agradeço aos senhores deputados. Vou encerrar a presente Sessão. Está encerrada (10h41min).